

Delimitação das poligonais de preservação rigorosa e de entorno do Paço Municipal de Fortaleza

APRESENTAÇÃO

Este trabalho consiste na análise urbano/arquitetônica do Paço Municipal e do seu entorno imediato. Trata-se de um estudo sistemático de sua configuração espacial, à luz dos conceitos teóricos formulados por Kevin Lynch, levando em conta também a relevância da edificação no contexto histórico e urbano fortalezense.

Elaborado por equipe técnica composta por profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo e História e viabilizado por um termo de cooperação estabelecido entre a FUNCET – Prefeitura Municipal de Fortaleza, a 4ª SR.IPHAN e a Universidade Federal do Ceará, o trabalho tem por objetivo a elaboração de um parecer técnico sobre o bem imóvel supracitado e a delimitação das poligonais de preservação rigorosa e de entorno, assim como recomendar, em linhas gerais, uma proposta de requalificação espacial e programática da área.

SINOPSE HISTÓRICA

O Paço Municipal ou Palácio do Bispo, cuja denominação oficial é Palácio João Brígido de acordo com a Lei nº 4.176, de 21 de maio de 1973, está localizado à Rua São José, entre as ruas Rufino de Alencar e Costa Barros, constituindo-se em uma construção datada da primeira metade do século XIX. Originalmente de linhas neoclássicas, o sobrado destacava-se pelas aberturas encimadas com arcos plenos, apresentando uma predominância de cheios sobre vazios e um aspecto compacto, este expresso pelos altos muros que cercavam a edificação. Hoje, o Paço exhibe em sua fachada principal um arranjo eclético, marcado pelo desenho neoclássico das molduras de suas portas e janelas e pelos arremates Art-Déco de seu frontispício. A fachada leste, voltada para o bosque, apresenta varanda e escadaria monumental. Esses acréscimos foram impostos ao imóvel, respectivamente, nas primeiras décadas e na década de 70 do século XX .

Segundo informações bibliográficas arroladas pelo Departamento de Patrimônio Histórico-Cultural da FUNCET, sabe-se que *“a edificação pertenceu inicialmente ao Sargento-Mor Antonio Francisco da Silva, tendo sido adquirido posteriormente pelo Comendador Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, rico comerciante que tinha aí instalado o seu comércio e que foi seu proprietário até 1860, quando então foi vendido, por escritura pública, para a Tesouraria da Fazenda do Império e cedido à Diocese, para residência do Bispo de Fortaleza”*.¹

No fim do século XVIII, o terreno onde o Paço se encontra fazia parte de sesmarias. Francisco da Silva, explorador de algodão, usou o prédio como armazém de secos e molhados. Posteriormente, o Comendador Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, também comerciante, ocupou esse prédio, então conhecido como Solar dos Mendes Guimarães, segundo referência do ex-prefeito de Fortaleza, Vicente Fialho: *“Os Guimarães faziam saraus culturais no prédio. O palácio teve esse papel de ponto de encontro para a sociedade de Fortaleza”*.²

Situado às margens do riacho Pajeú, longe das marés altas, dos ataques indígenas e próximo à água para consumo, o local parecia ideal para estabelecer morada, comércio, ou melhor, a posse e guarda do território em nome da ordem do Império brasileiro, pois as margens do rio Ceará pareciam menos vantajosas pelo que se tinha no Pajeú, aos olhos do português Mendes Guimarães: *“A ocupação do nosso litoral, a foz do riacho Pajeú, já tinha sido considerado o lugar mais apropriado para fincar os marcos da conquista e de colonização, fosse pelos portugueses ou holandeses (...)”*.³

O palácio do Comendador foi levantado no antigo Beco das Almas (atual Rua São José) em estilo neoclássico, com varandões para apreciação do sítio. Entre a Sé e o Palácio passavam bondes puxados à tração animal.

¹ Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico Cultural (DPHC)/FUNCET- Processo de Tombamento do Palácio João Brígido e do Bosque que o circunda.

² Jornal *O Povo*, Fortaleza-Ce, 27/02/2005.

³ Idem.

A partir da segunda metade do século XIX, Fortaleza configurava seu espaço urbano e centralizava o poder provincial nessa área onde se localiza o Palácio do Bispo, através de outros monumentos públicos e religiosos como o Palácio Senador Alencar, iniciado em 1856 e concluído em 1871, onde funcionava a Assembléia Provincial (hoje abrigando o Museu do Ceará), a Cadeia Pública, iniciada em 1850 e concluída em 1866 (hoje Centro de Turismo) e a Igreja Matriz, elevada a Sé em 1861.

No momento em que o poder da igreja mostra-se importante na regulação da fé e nas reformas urbanas e sociais de Fortaleza, capital da província do Ceará, a propriedade do Comendador Joaquim Mendes da Cruz Guimarães torna-se de interesse público, pertencente ao poder imperial, que o concede ao bispado aqui recém-criado para residência do seu superior. Posteriormente, será criado o Arcebispado de Fortaleza.

Homem de Melo vai intermediar a compra do Palácio do Bispo em encontro mantido com o bispo do Ceará, D. Luiz Antônio dos Santos, antigo Reitor do Seminário de Mariana, este residente em casa alugada no centro da cidade. Daí, Homem de Melo escreve ao Ministro do Império, Márquez de Olinda, solicitando verba para construção de um prédio. Pedido atendido, são enviados 60 contos de réis para aquisição do sítio do Comendador Mendes Guimarães.⁴

O primeiro bispo do Ceará morava em um sobrado de muitos andares, onde no pavimento térreo havia diversos estabelecimentos comerciais. Era naquela época a melhor casa residencial de Fortaleza, próxima à Catedral e ao Seminário da Prainha.

Nessa mansão, as virtudes dos santos e o ambiente de paz testemunhavam discretamente as tantas vigílias e preocupações dos que por ali passaram. Em suas paredes estão escritas a história gloriosa e comovente de São Carlos Bartolomeu, pela caridade, e de São Francisco de Sales, pela doçura.⁵

Serviu de residência para cinco representantes do clero: Dom Luiz Antônio dos Santos, Dom Joaquim José Vieira, Dom Manuel da Silva Gomes, Dom Antonio de Almeida Lustosa e Dom José de Medeiros Delgado. O local também servia para distribuição de esmolas para pobres, na segunda metade do século XIX, no período em que os relatórios da polícia apontam o crescimento do número de mendigos e vadios nas ruas da cidade.

⁴ MELO, Homem de. "A Administração Homem de Melo". *Revista do Instituto do Ceará*, Ano. X, Tomo X. Fortaleza: Typographia Studart, 1896, pp.98-105.

⁵ QUINDERÉ, Monsenhor José. "Dom Joaquim José Vieira. Segundo Bispo do Ceará. Aspectos da sua Vida". *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXI, Ano LXI, 1947, pp.58-129.

Com base nos estudos preliminares do DPHC/FUNCET, tem-se que, “*de acordo com os registros, em 1892, pela Lei nº 25, foi cedido em usufruto para o Bispado, até que em 1911, pela ordem nº 226, da Diretoria do Gabinete do Ministério da Fazenda, foi posto à venda e, em março de 1912, foi adquirido por compra pela Diocese, a quem pertenceu até 1973, quando novamente voltou a ser propriedade do poder público, no caso agora, da Prefeitura Municipal de Fortaleza*”.⁶

A concessão em usufruto do Palácio do Bispo teve fim quando, nas primeiras décadas do século XX, o governo republicano do Brasil colocou-se à nação como de essência laica e positivista.

A Diocese comprou o imóvel em 1912 por 60\$000 (sessenta contos de réis), sendo descontados 18\$000 (dezoito contos de réis) gastos pelo bispo Diocesano D. Joaquim José Vieira, em reformas no prédio.

D. Joaquim José Vieira contou com a ajuda do general Pinheiro Machado, prócer da Associação Comercial do Ceará, na compra do Palácio: “*A Associação Comercial, porém, em sessão extraordinária, sob a inspiração do seu presidente, o Barão de Camocim, de honrada memória, resolveu que nenhum cearense concorreria ao leilão (...) no ano de 1913, recebendo o documento de transferência a assinatura de Monsenhor Bruno Figueiredo, vigário geral da diocese em exercício pleno do cargo por se encontrar ausente de Fortaleza o então bispo diocesano, Dom Manuel da Silva Gomes*”.⁷

Na gestão do Prefeito Vicente Fialho (1971-1975) a chácara dos Mendes Guimarães, então Palácio do Bispo, foi comprada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza por Cr\$ 3.094.500,00 (três milhões, noventa e quatro mil e quinhentos cruzeiros). Foi derrubado o muro frontal e substituído pelas grades de ferro para permitir a visão do bosque Dom Delgado. Um ano depois, na gestão do prefeito Evandro Ayres de Moura (1975-1978), foi aberto à visitação pública aos sábados pela manhã. Em 1989, acontece a restauração do mobiliário e da pintura da fachada e a recuperação do bosque, com projeto paisagístico de Burle Marx.

Em 1973, dom José Delgado vende o imóvel ao poder público municipal: “*Ao adquiri-lo, o Prefeito Vicente Fialho instalou o Gabinete da Prefeitura, passando a ser a sede do poder municipal, por quase 20 anos, até que em 1991, o Prefeito Juraci Magalhães transferiu a sede da prefeitura para o Bairro da Serrinha*”.⁸

⁶ Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico Cultural (DPHC)/FUNCET- Processo de Tombamento do Palácio João Brígido e do Bosque que o circunda.

⁷ QUINDERÉ, Monsenhor José. “Dom Joaquim José Vieira. Segundo Bispo do Ceará. Aspectos da sua Vida”. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXI, Ano LXI, Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1947, pp.58-129.

⁸ Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico Cultural (DPHC)/FUNCET- Processo de Tombamento do Palácio João Brígido e do Bosque que o circunda.

O bosque Dom Delgado, espaço aberto do sítio, é repleto de mangueiras, azeitoneiras, pitombeiras e palmeiras de dendê que dividem o lugar com os jardins projetados por Burle Marx. Aí também o segundo baobá da cidade, ao lado de espécies exóticas.

Hoje, ao lado do Paço Municipal, funcionam precariamente alguns setores da Prefeitura Municipal de Fortaleza (Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), instâncias estas abrigadas em volumes de baixíssimo nível arquitetônico que ainda contribuem para desvalorizar a edificação tombada. Parte do bosque é ocupada por estacionamento, impedindo a sua utilização como área pública de lazer. O Paço é episodicamente utilizado como gabinete de despachos, já que o Gabinete da Prefeitura Municipal encontra-se no bairro Vila União.

**ESTRUTURAÇÃO URBANO
/ARQUITETÔNICA**

Paço Municipal e entorno

O edifício do Paço Municipal, também conhecido como Palácio do Bispo ou Palácio João Brígido, está localizado em sítio relevante pelo fato deste contar com elementos de grande importância histórica para o surgimento do núcleo urbano que deu origem à cidade de Fortaleza, a saber, os contrafortes da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, o riacho Pajeú, que se apresenta em pequeno trecho visível cortando o terreno onde se implanta o imóvel em estudo, além da Catedral Metropolitana, edifício que substituiu, com suas linhas neogóticas, a velha catedral de Fortaleza, demolida em 1933.

O lote onde está implantado o imóvel apresenta área aproximada de 23 mil metros quadrados, com maior dimensão no sentido norte-sul. Como dito anteriormente, o terreno é cortado longitudinalmente pelo riacho Pajeú e conta com grande e densa área verde, uma das poucas remanescentes do Centro, de porte arbóreo. Tal arborização é de capital importância para a preservação da ambiência do edifício, servindo-lhe de moldura e, por isso, destacando-o das demais edificações, especialmente por estar localizado no eixo perspectivo da travessa Sobral. O edifício se implanta alinhado ao limite oeste do lote, dispondo de pequena calçada fronteira. Apesar de ter sofrido modificações em sua modenatura, ainda preserva suas proporções originais.

Segundo LYNCH, a imagem pública de uma cidade é a sobreposição de muitas imagens individuais, as quais remetem às formas físicas primordiais. Essas podem ser classificadas em cinco tipos de elementos: vias, limites, características do bairro, pontos nodais e marcos.

Apropriando-se desses elementos de análise, na identificação da estruturação urbano-arquitetônica do entorno do Paço Municipal podemos verificar as seguintes características (mapa 05):

BAIRRO:

No início do século XIX, o Palácio Episcopal encontrava-se no bairro do Outeiro, à rua das Almas, hoje rua São José, bairro esse que foi paulatinamente incorporado à área central da cidade. Atualmente, o Paço Municipal se encontra inserido no Centro, na área de maior relevância histórica deste. Constituindo uma das regiões mais dinâmicas da cidade, esse bairro sofreu mudanças drásticas em sua configuração socioeconômica e, conseqüentemente, em sua paisagem, especialmente nas últimas décadas. Porém, alguns poucos locais foram menos impactados por essas alterações, a exemplo da área de entorno do Paço, que preservou uma grande área verde e o leito visível do riacho Pajeú.

O relevo é predominantemente plano, adquirindo certa inclinação apenas nas proximidades do riacho, conformando seu estreito e relativamente profundo vale, especialmente no lote onde se implanta o Paço.

Essa grande área verde do Paço é a responsável pela delimitação de duas áreas de características distintas, uma das quais com uso exclusivamente voltado ao comércio e serviços, próxima ao Centro, e outra com uma diversidade maior de usos, com presença maior de residências, área esta voltada para a Praia de Iracema. Entre essas áreas, junto ao bosque, destacam-se algumas edificações de uso institucional, como o próprio Paço Municipal e o edifício-sede da FUNCET.

O conjunto edificado dessa área apresenta formas de ocupação que refletem os vários momentos históricos que se somaram na construção do seu espaço. Nos locais de ocupação mais antiga, como nas quadras próximas ao Centro e na rua Rufino de Alencar, que ligava o Largo da Matriz ao Seminário da Prainha, observa-se um tipo de lote mais tradicional, de pequena testada e grande profundidade, ocupado em toda sua largura e com fachadas alinhadas ao limite da via. Em alguns outros pontos são observadas ocupações com características mais próprias do século XX, com casas em lotes de maior testada e de implantação isolada na quadra, por vezes até geminadas, como algumas existentes na rua Afonso Viseu. Por fim, alguns poucos exemplares se implantam de forma particular, principalmente em virtude de seu porte, como, por exemplo, a Catedral Metropolitana, implantada isoladamente em uma quadra, e o Mercado Central, ocupando um terreno resultante do remembramento de um conjunto de lotes residenciais do século XIX com a infeliz demolição dos interessantes edifícios ali anteriormente existentes.

Dessa forma, nas quadras com implantação de características mais antigas, predomina uma grande massa edificada alinhada aos limites do lote conformando ruas-corredores, caso da travessa Baturité e das ruas Governador Sampaio e Senador Almir Pinto. Nas quadras com ocupação mais recente, o uso de recuos laterais e frontais equilibram a relação entre a massa edificada e a área livre, como é o caso das ruas Afonso Viseu e João Lopes. Por fim, o lote onde se implanta o Paço constitui a grande área livre da região, que se soma àquela que circunda a Catedral Metropolitana e a Praça Dom Pedro II. Não obstante, essa região dispõe de pouco espaço público disponível, reduzido apenas à Praça Dom Pedro II.

O gabarito das edificações na área, à exceção da Catedral Metropolitana, não excede a altura máxima de 6 pavimentos. Há um claro predomínio de edificações com 1 ou 2 pavimentos, especialmente naquela próxima à Praia de Iracema, onde ainda é possível encontrar um *continuum* edificado com certa harmonia.

Alguns edifícios, entretanto, se destacam em altura, como, por exemplo, a já citada Catedral Metropolitana, o Mercado Central e algumas torres residenciais à rua João Lopes, além do edifício da Secretaria da Fazenda, à rua Rufino de

Alencar; estes últimos, entretanto, não chegam a alterar significativamente a escala do bairro por estarem escondidos pela arborização do bosque.

Muito embora a área seja uma das primeiras ocupadas da cidade, não possui exemplares arquitetônicos em quantidade e diversidade estilística e tipológica que testemunhem o processo histórico de sua conformação. Os edifícios mais antigos datam das últimas décadas do século XIX. É expressiva a presença do Art-Déco, seja nos edifícios construídos nas primeiras décadas do século XX, assim como em edifícios mais antigos que sofreram remodelação de suas fachadas. A presença da arquitetura contemporânea se faz presente em poucos exemplares; entretanto, estes marcam fortemente a paisagem, tais como o novo Mercado Central e o edifício da Secretaria da Fazenda.

O tratamento dado às edificações de um modo geral é caracterizado pela pintura sobre reboco, presente, sobretudo, nas edificações mais antigas e nas residências unifamiliares. A exceção fica por conta dos edifícios residenciais multifamiliares em que se utilizou revestimento cerâmico, mesmo material presente nas fachadas do Mercado Central. Diferindo substancialmente do contexto, o edifício da Secretaria da Fazenda chama atenção pelo vidro que domina parte da fachada, assim como a Catedral Metropolitana, que se destaca pelo aspecto enegrecido de seu revestimento. Há uma grande presença de cobertas em telha colonial, muito embora já seja significativa a utilização de telhas metálicas ou de fibrocimento, especialmente nos edifícios comerciais.

VIAS :

As vias, canais de circulação ao longo dos quais o observador se desloca, são os elementos predominantes na formação da imagem pública, sendo facilmente identificadas. O edifício do Paço se encontra na rua São José, de mão única e com um fluxo razoável de veículos por constituir a ligação da rua Costa Barros com a avenida Alberto Nepomuceno. Esta última, no sentido norte-sul, constitui a via de maior calha do entorno, ligando a avenida Pessoa Anta ao Parque da Criança, mais ao sul. Para a organização do fluxo de veículos são de grande importância as vias que circundam a Catedral, ponto este que serve como um grande girador, facilitando as conversões à esquerda para quem, a partir da rua Castro e Silva, quer tomar à esquerda na avenida Alberto Nepomuceno. Como principal conexão, tanto física quanto visual entre o Paço e o Seminário da Prainha, tem-se a rua Rufino de Alencar. As demais vias são predominantemente locais, tendo um fluxo maior nas localizadas a oeste da área em questão (Centro) e sendo bem mais tranquilas a leste (em direção à Praia de Iracema).

A circulação destinada ao pedestre está reduzida às calçadas que, em sua maioria, não excedem os dois metros de largura. As dimensões são mais generosas apenas ao redor da Catedral Metropolitana e em frente ao novo Mercado Público; entretanto, neste último, o artifício já se mostra insuficiente diante do intenso fluxo de pedestres. Um dos grandes problemas deste tipo de

circulação na região decorre da ocupação desordenada dos passeios com mercadorias, obrigando o transeunte, em muitos casos, a trafegar pelo leito carroçável, situação presente na travessa Sobral e na avenida Conde D'Eu. O grande problema de circulação, de uma forma geral, se verifica na rua Governador Sampaio, devido ao intenso comércio atacadista presente nesta área, tornando toda a rua praticamente intransitável por motivo do tráfego e do estacionamento de veículos de carga.

LIMITES:

A quebra de continuidade linear desse quadrilátero é o riacho Pajeú. Ele é o elemento que divide a área em questão ao meio, caracterizando a organização física e o regime de usos da área. Seu caráter de barreira física já foi mais forte em épocas passadas, quando constituía um empecilho ao crescimento da cidade. Entretanto, após obras públicas para a construção de vias que cortam seu leito (rua Rufino de Alencar e rua São José), esse caráter se atenuou. De qualquer forma, observando as características de ocupação, em ambos os lados do riacho, percebemos que a grande área verde demarca um limite claro entre a área mais ligada ao Centro, que por isso mantém fortes atividades de comércio e serviços, e a porção voltada para a Praia de Iracema, que apresenta uma ocupação mais residencial.

PONTOS NODAIS:

São pontos estratégicos que têm a natureza tanto de conexões como de concentrações, bem como de atração e dispersão. O principal ponto de concentração na região em estudo é a Praça da Sé, onde é visível uma concentração maior de transeuntes e do comércio ambulante, além do caráter de conexão das vias ser fortalecido pela transformação do espaço que circunda a Catedral em girador. Outro ponto secundário é o conformado pelo Mercado Central, que se constitui em um grande pólo gerador de fluxo de pessoas e veículos.

MARCOS:

Os grandes referenciais formadores da imagem pública do setor urbano em questão, usados como indicadores de identificação, sem dúvida, são a Catedral Metropolitana de Fortaleza, os contrafortes da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, o novo Mercado Central, o Mercado São José, o Paço e a arborização do Riacho Pajeú, que se destacam pelo contraste que estabelecem com o padrão de ocupação do Centro e das regiões próximas. A soma desses marcos em uma área que se caracteriza como articulação reforça a imagem pública da área como referencial na cidade.

BENS IMÓVEIS DE INTERESSE

A relevância histórica do bairro Centro se conserva nas áreas e edificações que, apesar dos grandes impactos provocados pelas drásticas alterações havidas recentemente na sua configuração sócioeconômica e espacial, ainda preservam muitas de suas características originais.

O entorno do Paço Municipal abriga quatro dos principais conjuntos edificados que estão enquadrados nessa situação e são, portanto, de relevante interesse de preservação. O primeiro é formado pelo próprio edifício do Paço Municipal; o segundo, pela Igreja do Pequeno Grande, a Praça Filgueira de Melo, o Colégio Imaculada Conceição, a Escola Jesus, Maria e José e a Escola Estadual Justiniano de Serpa; o terceiro, composto pela Praça do Cristo Redentor, o Teatro São José e o Seminário da Prainha; e o quarto, pelo conjunto da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e o Passeio Público.

Esses conjuntos e suas respectivas áreas de entorno fazem parte de um mesmo contexto urbano de particular valor histórico para a cidade e que, apesar da proximidade física, não mantêm, entretanto, uma clara ligação visual entre si. O trabalho de requalificação do espaço urbano deverá buscar o restabelecimento dessa comunicação visual, integrando os três núcleos de interesse de preservação em um mesmo conjunto histórico.

Além desses, a preservação de outros edifícios na área imediata de entorno deve ser considerada, a saber (mapa 06):

- conjunto de residências geminadas à rua Afonso Viseu, nº 6, 14, 22, 30, 38, 52, 62, 68 e 78, que formam uma unidade compositiva em estilo Art-Déco. Embora tenham sofrido algumas alterações, suas fachadas podem ser facilmente recuperadas em sua forma original (fotos 01, 02 e 03);
- residência da década de 1930 à rua Costa Barros, nº 40 (foto 04);
- residência vizinha ao Mercado Central (antiga CODAGRO), à avenida Alberto Nepomuceno, nº 339 (foto 05);
- Sobrado à avenida Alberto Nepomuceno, sem número, entre a travessa Crato e a rua Castro e Silva (foto 06);
- Sede da FUNCET, à rua Afonso Viseu, nº 4 (foto 07);
- Sede da Associação Pastoral São Vicente de Paulo, à rua Dep. João Lopes, nº 138, um dos primeiros edifícios de arquitetura moderna da cidade de Fortaleza (foto 08);
- Edifício do Centro de Referência do Professor, rua Conde D'Eu, nº 560 (foto 09);
- Residência à travessa Baturité, nº 124 (foto 10).

Essas edificações mantêm aspectos das fachadas e volumetria originais, tornando imprescindível que seja assegurada a sua preservação, bem como a escala, os ritmos e cores do entorno, que servirão de moldura ao edifício principal, o Paço.



Foto 01



Foto 02



Foto 03



Foto 04



Foto 05



Foto 06



Foto 07



Foto 08



Foto 09



Foto 10

VISUAIS / POTENCIALIDADES

Tratando-se de uma das áreas de maior relevância histórica da cidade, a região do entorno do Paço Municipal conta com vários elementos importantes na composição da paisagem urbana. Produzidos em tempos diferentes, somaram-se formando um sítio peculiar no centro da cidade.

Como elemento de maior domínio na paisagem temos o grande volume da Catedral Metropolitana, edifício implantado em quadra isolada e que devido às suas dimensões é visível a partir de diversos pontos da cidade. (Fotos 11 e 12)

O próprio edifício do Paço tem visibilidade privilegiada por estar no foco perspectivo da travessa Sobral. (Foto 13)

Compondo o pano de fundo para a Catedral e para o edifício do Paço temos a densa massa arborizada do bosque que margeia o riacho Pajeú, de grande importância por servir como barreira visual para as construções de maior altura erigidas em sua parte posterior, e com destaque para as edificações de maior interesse à sua frente. (Foto 14)

A rua Sobral também possibilita a visibilidade, a partir do Paço, de um belo conjunto de edificações que tem como destaque o edifício dos Correios, de inconfundíveis traços Art-Déco. (Foto 15).

Assim como a Catedral, muito embora em menor escala, destaca-se no skyline da região a torre da Capela do Pequeno Grande, que se torna visível em diversos pontos do local, especialmente a partir da Catedral Metropolitana (Foto 16) e da rua Cel. Ferraz (Foto 17), esta última constituindo a melhor ligação física e visual entre os dois sítios.

Por sua vez, a rua Rufino de Alencar estabelece forte relação, tanto física quanto visual, entre a Catedral Metropolitana e o conjunto formado pela torre do Cristo Rei e a Igreja do Seminário da Prainha. Em virtude da sua orientação e pelo alinhamento das edificações lindeiras, a via enquadra perfeitamente a perspectiva dos bens supracitados. (Fotos 18 e 19)

A área interna do parque é marcada pela qualidade ambiental proporcionada pela densa arborização do jardim, conformando um parque sombreado e agradável, com notável redução das poluições sonora e visual que dominam o entorno.

O terreno acidentado foi bem aproveitado pelo projeto paisagístico implantado, permitindo a contemplação do riacho (Fotos 20 e 21). Caminhos e pontes sobre o curso d'água permitem o acesso aos diversos pontos do parque (Foto 22), permitindo sua total contemplação. Por encontrar-se em cota inferior, o jardim não oferece condições de visibilidade para o exterior, sendo vistos apenas o volume da Catedral Metropolitana, por entre a copa das árvores (Foto 23), e a contemplação da fachada posterior do Paço Municipal (Foto 24).



Foto 11 - Grande massa da Catedral vista a partir da rua Baturité.



Foto 12 - Catedral vista a partir da rua Pereira Filgueiras.



Foto 13 - Edifício do Paço no foco perspectivo da travessa Sobral.



Foto 14 - Arborização do parque como pano de fundo para as edificações de interesse. Vista a partir da rua Rufino de Alencar.



Foto 15 - Edifício dos Correios visto a partir do Paço.



Foto 16 - A Capela do Pequeno Grande destaca-se na paisagem. Vista a partir da Catedral Metropolitana.



Foto 17 - Capela do Pequeno Grande vista a partir da rua Cel. Ferraz, melhor conexão física entre o Paço e o conjunto formado pela dita Capela, a escola Jesus Maria e José e a Escola Normal.



Foto 18 - Rua Rufino de Alencar enquadrando a torre do Cristo Rei em seu foco perspectivo.



Foto 19 - Em sentido oposto, a rua Rufino de Alencar abre visual também para a Catedral Metropolitana.

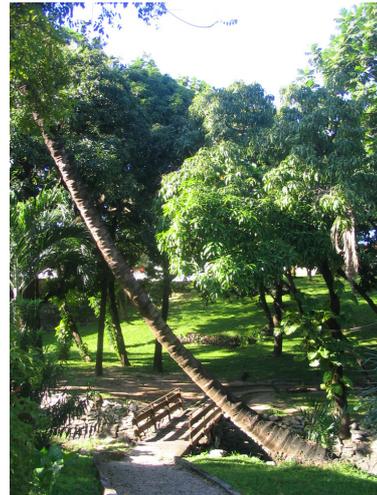


Foto 20 - Relevo acidentado enriquece as visuais do bosque.



Foto 21 - Pontes sobre o riacho e caminhos permitem a exploração de todo o bosque.



Foto 22 - Trecho do bosque com grande declividade.



Foto 23 - Catedral vista por entre a copa das árvores.



Foto 24 - Fachada posterior do Paço vista a partir do centro do bosque

Visuais / Problemas

Muito embora se constitua em um sítio com notáveis qualidades paisagísticas, o entorno do Paço Municipal tem sofrido alterações significativas de impacto negativo para o seu patrimônio.

Algumas intervenções de grande porte mostram-se irreversíveis a curto e médio prazo, como por exemplo a construção do novo Mercado Central que, pelo seu porte e implantação, interfere significativamente na percepção do espaço (Foto 25), assim como o edifício do INSS à rua Rufino de Alencar . (Foto 26)

Outras intervenções, muito embora alterem a escala do bairro, têm seu impacto negativo atenuado pela densa arborização do bosque, como por exemplo o conjunto de edifícios residenciais à rua Deputado João Lopes. (Foto 27)

Também é preocupante a qualidade no tratamento das fachadas nos edifícios comerciais à travessa Sobral, que pouco a pouco vêm sofrendo acréscimos de baixa qualidade arquitetônica, especialmente marquises e toldos, e aumento de gabarito (Foto 28).

Outra ação que interfere negativamente na percepção do espaço público diz respeito à implantação abusiva de outdoors e placas publicitárias, como é verificado na rua São José (Foto 29), assim como a incorreta locação de mobiliário urbano em frente ao edifício do Paço, problema este agravado ainda mais pela ocupação desordenada do exíguo espaço público disponível por parte dos comerciantes (Foto 30 e 31). Esse fato é marcante na implantação do Paço, o qual se encontra rodeado por vias cujo desenho não contribui para o destaque e a valorização do edifício tombado.

Outro problema encontrado é o tratamento dado às margens do riacho Pajeú quando este corta a gleba do novo Mercado Central. As margens do riacho não tiveram seu potencial paisagístico explorado: a margem esquerda foi transformada em pátio de estacionamento e manobras de carga e descarga (foto 32), e a direita tem para si voltados os fundos de quintais das edificações implantados na travessa Baturité (foto 33). Por isso, difere substancialmente em termos de qualidade ambiental com relação ao bosque do Paço Municipal.(foto 34)

Alguns pontos do parque apresentam problemas, especialmente aqueles aproveitados como estacionamento de veículos (Foto 35). Outro ponto negativo diz respeito ao fato de que, em sua porção leste, o terreno faz limite com os fundos dos lotes das edificações localizadas às ruas Afonso Viseu e Dep. João Lopes (Fig. 36), formando uma barreira visual e física em toda a extensão leste do bosque.

Problema semelhante acontece em um pequeno trecho ao longo da rua São José, o qual se encontra ocupado por edificações anexas ao Paço (Foto 37). De dois e três pavimentos, tais edificações escondem parcialmente o jardim, além de estarem inapropriadamente próximas ao edifício do Paço, desvalorizando a sua ambiência (Foto 38).

Em última análise, o entorno do Paço tem sofrido sérios processos de descaracterização, principalmente no tocante à escala das edificações, como é o caso da Catedral Metropolitana, e, mais recentemente, do novo Mercado Central, em terreno mais ao norte que também margeia o Riacho Pajeú. Em seus limites leste e sul, predomina a ocupação mais horizontal, que tem mostrado tendências de verticalização, inclusive já apresentando edificações de até seis pavimentos. Entretanto, o impacto visual deste gabarito ainda é anulado pela densa arborização que margeia o riacho, funcionando como barreira visual.

Outro problema diz respeito à qualidade ambiental do espaço público, que se encontra poluído visualmente, em virtude da implantação de anúncios publicitários e pelo mobiliário urbano, e sonoramente, pelo fluxo intenso de veículos automotores, especialmente nas vias que contornam a Catedral. Também é preocupante o constante uso indevido do espaço público por sua privatização, prática comum nas imediações por parte dos comerciantes, bem como a exigüidade do espaço disponível à aglomeração popular, à circulação de pessoas e ao destaque das principais edificações.

Todos esses problemas resultam em uma região que apresenta seu espaço público fragmentado e descontínuo, com poucas conexões físicas que permitam o trânsito livre do pedestre, além da desvalorização do Riacho Pajeú e do patrimônio edificado existente na área.



Foto 25 - Edifício do novo Mercado Central destaca-se na paisagem.



Foto 26 - Edifício da Secretaria da Fazenda sobressa-se entre as outras edificações.



Foto 27 - Conjunto de edifícios residenciais à rua Deputado João Lopes atinge gabarito máximo de 5 pavimentos.



Foto 28 - Edificações comerciais à travessa Sobral sofrem gradativo aumento de gabarito. O aspecto do conjunto é prejudicado pela ausência de uma harmonia compositiva e pela adição de marquises e toldos.



Foto 29 - Anúncios publicitários à rua São José

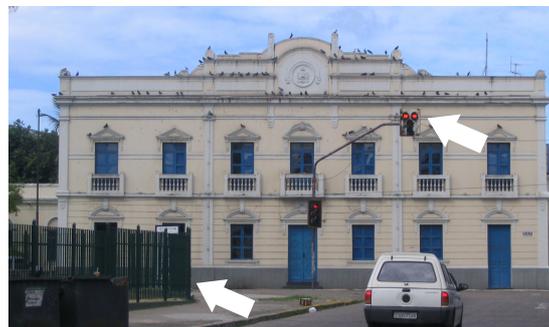


Foto 30 - Semáforo e gradil prejudicam a visualização do Paço



Foto 31 - Postes, semáforos e Ocupação irregular da calçada Desvalorizam a ambiência do Paço.



Foto 32 - Margem esquerda do riacho Pajeú transformada em estacionamento.



Foto 33 - Edificações à travessa Baturité dão as costas ao riacho.



Foto 34 - Aspecto das margens do riacho Pajeú em sua passagem pelo bosque do Paço.



Foto 35 -Parte do bosque utilizada como estacionamento. Vista a partir do anfiteatro.



Foto 36 - Parte posterior do edifício voltada para o jardim. Limite leste do parque composto por muros e arrimos.



Foto 37 - Edifício anexo constitui grande barreira visual. Vista a partir do estacionamento.



Foto 38 - Edifício anexo com implantação inapropriada.

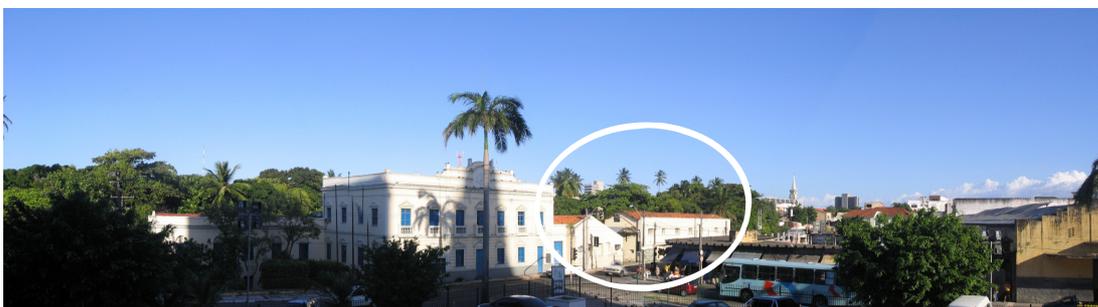
RECOMENDAÇÕES

Ao longo dos anos, especialmente nas últimas décadas, as alterações urbanas e arquitetônicas no entorno do Paço Municipal têm gerado um processo de descaracterização da paisagem. As recomendações para a área visam, sobretudo, a atenuar os efeitos negativos dessas alterações sobre as visuais do Paço e a impedir novas intervenções visualmente agressivas ao mesmo, servindo ainda como diretrizes para a superação física dos problemas apontados.

Sugere-se:

- a implantação de arborização como barreira amortecedora do impacto das edificações de médio e grande porte já existentes nas proximidades do Paço, como o Mercado Central, situado ao norte deste edifício, e o edifício da Secretaria da Fazenda, localizado na rua Rufino de Alencar;
- a redução da poluição visual na área através da eliminação ou da redução em número e dimensões dos anúncios publicitários e do mobiliário urbano de uso indevido, encontrados principalmente na região a oeste do Riacho Pajeú, bem como a recuperação das fachadas e muros das edificações lindeiras à área tombada;
- o desimpedimento das visuais para o Paço a partir da rua Sobral, através da remoção da arborização e do semáforo implantado no passeio esquerdo, no limite sul do lote da Catedral Metropolitana, e das marquises dos estabelecimentos comerciais no passeio do lado direito;
- a valorização (pintura, restauro de fachadas, projeto luminotécnico etc) dos principais marcos arquitetônicos da área;
- o estabelecimento de atividades administrativas municipais nas edificações tombadas ou de interesse como uso âncora para a área;
- o prolongamento do parque ao longo das margens do Riacho Pajeú, expandindo-o para além dos limites do Paço, até as proximidades do Mercado São José e do Mercado Central. Para tanto, propõe-se a relocação do pátio de carga e descarga do Mercado Central, que atualmente se encontra às margens do riacho, liberando esta área para a criação do parque de acesso público. A conexão física entre as três porções do parque (a já existente na área do Paço e as propostas para as proximidades do Mercado Central e a área contígua ao Mercado São José) dar-se-ia através de um túnel sob a rua Rufino de Alencar e do redesenho da área em volta da Catedral Metropolitana;
- a criação de acessos de pedestres ao bosque a partir da Rua João Lopes e Afonso Viseu, através da desapropriação de algumas edificações de menor interesse de preservação situadas nessas vias;

- a limitação das novas edificações a gabaritos de, no máximo, 12 (doze) metros ou 4 (quatro) pavimentos, uma vez que a barreira visual representada pela densa massa arbórea existente às margens do riacho Pajeú é capaz de anular o impacto visual de edificações com igual ou menor altura;
- o tombamento municipal das edificações de interesse existentes na área;
- a retirada e o reposicionamento do estacionamento existente no interior do bosque do Paço;
- o restauro e a adaptação do Paço à sede do Gabinete do Prefeito Municipal com aproveitamento controlado das edificações existentes, resguardando-se o destaque visual do elemento arquitetônico tombado e do bosque;
- a criação, pelo poder público municipal, de normas específicas de uso e ocupação do solo, bem como de posturas municipais de mesma natureza para o setor urbano em questão, adequadas ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal, a serem empregadas quando da realização de intervenções físicas nas áreas de preservação rigorosa e de entorno correspondentes ao Paço Municipal.



Demolição de anexos (SEINF/ SDE), valorizando o edifício do Paço Municipal



Arborização servindo como barreira visual para o edifício do Novo Mercado Central



Mesma arborização esconde o edifício da Secretaria da Fazenda

RELAÇÃO DE MAPAS / CARTOGRAFIA

- 1- Área do entorno imediato do Paço Municipal (com indicação deste)
- 2- Área de entorno imediato com a indicação do roteiro / percurso realizado para a elaboração da pesquisa
- 3- Usos existentes com roteiro
- 4- Gabaritos com roteiro
- 5- Elementos de configuração urbano – arquitetônica com roteiro
- 6- Bens imóveis tombados ou de interesse com roteiro e visuais (fotos dos edifícios de interesse)
- 7- Poligonais de preservação rigorosa e de entorno com indicação do Paço e dos pontos de inflexão

**DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PRESEVAÇÃO
RIGOROSA DA PAÇO MUNICIPAL**

A área em questão é definida pela superfície ocupada pelo bosque em que se implanta o Paço, demarcada pelas ruas Rufino de Alencar (norte), São José (oeste) e Costa Barros (sul) e pela linha que estabelece as extremas dos lotes situados nas posições oeste das ruas Afonso Viseu, Pereira Filgueiras e Deputado João Lopes com a gleba do Paço. Recomenda-se, desde já, que os imóveis existentes na vizinhança imediata desta edificação (ocupados atualmente pela SEINF e pela SDE) sejam considerados a título precário (passíveis de demolição para favorecer o rearranjo espacial da área), bem assim como o estacionamento interno hoje implantado às margens do Riacho Pajeú.

DELIMITAÇÃO DA POLIGONAL DE ENTORNO DO PAÇO MUNICIPAL

A poligonal de entorno do Paço Municipal se inicia no ponto **A**, definido no cruzamento entre a avenida Conde D'Eu com a rua Senador Almir Pinto; daí, segue por esta a sudeste até o ponto **B**, situado próximo à confluência entre a rua Senador Almir Pinto e a rua Governador Sampaio; deste ponto, deflete a leste, pela mesma via, até o ponto **C**; em seguida, sempre pela rua Senador Almir Pinto, desenvolve-se a sudeste até o ponto **D**, no encontro desta com a rua 25 de Março; daí, segue a nordeste por esta rua até o ponto **E**, implantado no cruzamento da via com a rua Rufino de Alencar; deste local, a linha deflete em curva a sudoeste por esta artéria até o ponto **F** no cruzamento da rua Rufino de Alencar com a rua Boris; por esta segue a norte até o ponto **G**, situado na confluência desta com a avenida Monsenhor Tabosa; daí, deflete a noroeste por esta até o ponto **H**, definido pelo cruzamento do prolongamento em projeção da calha do Riacho Pajeú com a avenida Monsenhor Tabosa; deste local, segue a sudoeste pela calha do curso d'água até o ponto **I**, situado no encontro desta via com o prolongamento da linha divisória do terreno do edifício onde se implanta a antiga sede da Codagro e a gleba do Mercado Central; daí, por essa mesma linha, desenvolve-se a noroeste até o ponto **J**, definido pelo encontro desta com o eixo da avenida Alberto Nepomuceno, seguindo desta posição a sudoeste por esta via até o ponto inicial

**JUSTIFICATIVA DO TRAÇADO
DA POLIGONAL DE ENTORNO
DO PAÇO MUNICIPAL**

A partir da análise urbano-arquitetônica realizada, são as seguintes as justificativas para a definição do traçado da poligonal de entorno do Paço Municipal:

- a área, do ponto de vista topográfico, configura-se como um vale, situado entre o que restou do morros Marajaitiba (Fortaleza de N. Sra. Da Assunção) e do Outeiro (Seminário da Prainha), ambos locais pioneiros da ocupação e da formação da cidade, o que reforça a condição do riacho Pajeú como elemento delimitador de dois setores urbanos distintos;
- o traçado urbano se caracteriza, então, por essa depressão verde e vazia em meio a quadras densamente ocupadas, estas ainda apresentando um reduzido gabarito, o qual decorre do desinteresse dos promotores da especulação imobiliária em investir na zona central, apesar da legislação urbana generosa e da abundância de infraestrutura na área;
- outra característica é a presença, na vizinhança do Paço, de várias áreas consideradas de valor histórico e artístico, umas fortemente ligadas (conjunto da rua João Moreira, conjunto Praça Gal. Tibúrcio / Praça Waldemar Falcão), outras desconectadas (conjunto Escola Jesus, Maria e José, Colégio Imaculada Conceição, Igreja do Pequeno Grande e Escola Justiniano de Serpa e o conjunto Teatro São José e Seminário da Prainha), o que acaba por recortar a área de influência do Paço como aquela imediatamente à sua volta, dominada pelo peso da Catedral Metropolitana;
- assim, o trecho urbano definido, adjacente ao Paço, serve-lhe como moldura, garantindo, pois, o seu destaque, não se estendendo em superfície para não comprometer o potencial construtivo de determinadas áreas, como, por exemplo, as quadras ao longo da avenida Dom Manuel. Por outro lado, a área do Paço será valorizada pelo estabelecimento de um gabarito adequado, a ser definido em legislação urbana específica consentânea ao PDDU/FOR;
- a partir desse conceito, procurou-se enfatizar a área densamente construída, com máxima ocupação do lote e reduzida altura, em contraste com as áreas verdes e de valor histórico e artístico, evitando-se soluções do tipo *vazio urbano X verticalização*, para garantir a valorização das visuais, ambiências, contigüidades e de outras características essenciais do setor urbano enfocado;
- para o desenho da poligonal de entorno contribuíram também as recomendações desenvolvidas no estudo para o redesenho da área, que têm no destaque do conjunto de natureza e cultura, das visuais e da requalificação da ambiência existentes os seus pontos principais.

LEVANTAMENTO GRÁFICO DO PAÇO MUNICIPAL

BIBLIOGRAFIA

ADERALDO, Mozart Soriano. *História Abreviada de Fortaleza e Crônica sobre a Cidade Amada*. Fortaleza: Ed. UFC, 1998.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). *Fortaleza, ontem e hoje*. Fortaleza: PMF, Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, 1991.

BENEDITO, Francisco. *Caminhando por Fortaleza*. Fortaleza: Destak Editora, 1999, p.46-52.

LYNCH, KEVIN. *Imagem da Cidade*. Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. São Paulo: Liv. Martins fontes, 1988

MENESES, Antônio Bezerra. *Descrição da Cidade de Fortaleza*. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1992.

PEREIRA, Cesídio de Albuquerque Martins. *Promptuário de Legislação Republicana do Estado do Ceará*. Tipografia Moderna Carneiro e Cia, 1915.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque. Reformas Urbanas e Controle Social. 1860-1930*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

SOUZA, Simone (org). *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/UFC, 1989.

SAMPAIO, Dorian. *Eu, Fortaleza*. Fortaleza: Coleção Anuário do Ceará, 1977.

LOPES, Marciano. *Mansões, Palacetes, Solares e Bangalôs de Fortaleza*: Ed. ABC, 2000.

_____. *Fortaleza Antiga. Praças, Ruas, Esquinas*. 2ª Edição. Fortaleza: Ed. ABC, 1999.

Fontes:

Instituto do Ceará

MELO, Homem de. "A Administração Homem de Melo". *Revista do Instituto do Ceará*, Ano. X, Tomo X. Fortaleza: Typographia Studart, 1896, pp.98-105.

QUINDERÉ, Monsenhor José. "Dom Joaquim José Vieira. Segundo Bispo do Ceará. Aspectos da sua Vida". *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXI, Ano LXI, Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1947, pp.58-129.

Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel - Setor de Periódicos e Microfilmes

Jornal *O Povo*, Fortaleza, 17 de Dezembro de 1997.

Jornal *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 12 de Dezembro de 1997.

Jornal *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 29 de Dezembro de 2004.

Jornal *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 13 de junho de 1999.

Acervos Consultados:

Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel/CE (BPMP)

Academia Cearense de Letras

Instituto do Ceará

Arquivo Público do Estado do Ceará

Nudoc-Dept^o de História/UFC

Biblioteca de Humanidades UFC

Biblioteca de Arquitetura/UFC

Jornal O Povo- Arquivo

FICHA TÉCNICA

**Cooperação Técnica Prefeitura Municipal de Fortaleza / 4ª SR/IPHAN /
Universidade Federal do Ceará**

Inventário da arquitetura de interesse de preservação de Fortaleza

Coordenação

Profª Dra. Ivone Cordeiro – FUNCET/PMF
Profª Arqta. Ms. Margarida Andrade – Pesquisadora bolsista - CAUUFCE
Profª Dra. Meize Lucas - Pesquisadora bolsista - CHUFCE
Historiadora Ms. Ana Carla Sabino Fernandes – Pesquisadora bolsista
Arqta. Ms. Beatriz Helena Diógenes – Pesquisadora bolsista

Consultoria

Prof. Arq. Ms. Romeu Duarte Junior – 4ª SR/IPHAN

Estagiários

Frederico Teixeira (CAUUFCE)
Gerson Amaral (CAUUFCE)
Lara de Alencar Fernandes (CAUUFCE)
Lara Silva Lima (CAUUFCE)
Marília Monteiro (CAUUFCE)
Marina Lima Medeiros (CAUUFCE)
Natália Silva Matos (CAUUFCE)
Ramiro Teles (CAUUFCE)
Vitor Batista (CAUUFCE)
Flávia Regina Oliveira Ramos (CHUFCE)
Jorge Henrique Maia Sampaio (CHUFCE)
Sara Braga Brígido Bezerra (CHUFCE)

Equipe responsável pela elaboração da instrução de tombamento:

Coordenação: Profº Arq. Ms. Romeu Duarte Junior / Hist. Ms. Ana Carla Sabino Fernandes
Textos: Profº Arq. Ms. Romeu Duarte Junior / Estagiários: Gerson Amaral, Lara Fernandes e Natália Matos
Pesquisa histórica: Hist. Ms. Ana Carla Sabino Fernandes / Estagiários: Flávia Regina Oliveira Ramos, Jorge Henrique Maia Sampaio e Sara Braga Brígido Bezerra
Fotografias: Gerson Amaral
Levantamento Gráfico / Desenhos / Revisão: Gerson Amaral, Lara Fernandes e Natália Matos
Diagramação: Lara Fernandes, Marília Monteiro e Natália Matos
Revisão: Profº Arq. Ms. Romeu Duarte Junior